

D. João VI e os livros no Brasil: o caso da Real Biblioteca

*Lilia Moritz Schwarcz**

Introdução: os livros e as idéias

Muito se tem estudado acerca da partida apressada da família real, logo antes da chegada das tropas de Junot. Pouco se comenta, porém, acerca do que a corte levou consigo na “bagagem”. Ou seja, junto com as tarefas emergenciais, que visavam transferir a metrópole portuguesa, momentaneamente, para a sua colônia, não se esqueceram dos livros e do valor simbólico de uma biblioteca; que deveria acondicionar, borgeanamente, todo o saber de uma época. É assim que, apesar de esquecida no porto a Real Biblioteca, esse acervo dos monarcas portugueses – que sempre o trataram como troféu e prêmio, mas também como estratégia de Estado – entraria no Brasil em três levas, como se a ilustração chegasse ao país em pacotes.

Trata-se de contar, assim, a mesma história, mas com protagonistas diferentes: uma grande livraria “ajuntada” por muitos reis, mas que no Brasil, e com D. João se transformaria em símbolo da tradição, que tanta falta fazia em terras tropicais.

Pretendo analisar e em grandes linhas, a sina da Real Biblioteca, esse acervo dos monarcas portugueses, que sempre o trataram como troféu e prêmio mas também como estratégia de Estado. Tanto que ele estará presente nos grandes momentos da história portuguesa e ainda no contexto que liga diretamente – e digamos assim – a história de Portugal à história do Brasil. Estou me referindo a episódios mais marcadamente portugueses – como o terremoto de Lisboa – mas também a eventos como a fuga da Família Real ou o pagamento da pesada conta da independência.

Portanto, trata-se de contar a mesma história mas com protagonistas diferentes: uma grande livraria “ajuntada” por tantos reis e símbolo de tantos desejos e projetos e seus bibliotecários, sempre preocupados – borginiana-mente – com suas classificações, critérios, estantes e modelos.

* Lilia Moritz Scharcz é Professora de Antropologia da USP e autora, entre outros, de *As Barbas do Imperador* (São Paulo: Companhia de Letras, 1999).

Mas começo com uma história, mesmo porque dizem que elas ajudam a nomear um problema e selecionar uma questão. Italo Calvino no conto “Um general na biblioteca” narra um estranho episódio que teria ocorrido bem na Pandúria, *“nação ilustre, onde uma suspeita insinuou-se um dia nas mentes dos oficiais superiores: a de que os livros contivessem opiniões contrárias ao prestígio militar”*. Com efeito, a partir de uma série de investigações percebeu-se que esse hábito tão difundido, *“de considerar os generais como gente que também pode se enganar e organizar desastres, e as guerras como algo às vezes diferente das radiosas cavalgadas para destinos gloriosos”* era partilhado por grande quantidade de livros, modernos e antigos, pandurianos e estrangeiros. Frente a tal constatação o Estado-Maior nomeou uma comissão de inquérito para examinar a maior biblioteca local. Os militares tomaram posse num dia chuvoso e não sem antes colocar um cartaz proibindo a entrada: *“por causa das grandes manobras, até que as concluam”*. Os estudiosos que costumavam frequentar a biblioteca foram retirados, a não ser o senhor Crispino, uma espécie de velho bibliotecário local. A partir de então procedeu-se a divisão de tarefas, sendo que a cada tenente foi designado um ramo do saber. Mas como os militares não eram muito versados *“em matéria bibliográfica”* tiveram que recorrer ao Crispino, enquanto procuravam desenvolver seu trabalho de censura. E se os primeiros relatórios saíram fáceis; já os demais mostravam-se complicados: *“A floresta de livros ao invés de ser devastada, parecia ficar cada vez mais emaranhada”*. Um livro levava a outro, os raciocínios iam tornando-se mais históricos, filosóficos e econômicos e daí nasciam discussões genéricas por horas a fio. Depois do general e dos tenentes seriam os soldados contaminados por essa mania leitora que assolou toda a tropa. O resultado é que pouco se soube dos trabalhos desenvolvidos pela comissão durante as longas semanas inverniais. Por isso mesmo, quando o comando supremo – cansado de esperar – ordenou a conclusão da investigação e a apresentação do relatório obteve o que queria, mas não como queria. *“As idéias andavam brotando em suas cabeças”* e finalmente a comissão entregou o parecer. Ao invés de uma lista de obras censuradas, apareceu então *“uma espécie de compêndio da história da humanidade, das origens aos nossos dias, no qual todas as idéias para os bem-pensantes de Pandúria eram criticadas, as classes dirigentes denunciadas ... e o povo exaltado como vítima heróica das guerras e políticas equivocadas”*. A exposição era um pouco confusa, mas sobre o significado não sobravam dúvidas. A assembléia dos generais de Pandúria empalideceu, falou-se de degradação e processo. Depois, temendo-se escândalo maior, o general e os quatro tenentes foram mandados para reserva por causa de *“um grave esgotamento nervoso contraído no serviço”*.

Fim da história mas não tanto. Até hoje, vestidos à paisana, encapotados para não congelarem, freqüentemente os militares destituídos são “*vistos entrando na velha biblioteca, onde esperava por eles o senhor Crispino com seus livros*”.¹

Dizem que quem conta um conto aumenta um ponto e não sou eu quem vai dar conta de uma narrativa como essa. Mas meu desejo é tomar partido. Um partido de análise que bem fala das potencialidades desse encontro.

Livros guardam memórias, encantamentos e se travestem. Perturbam e excitam a fantasia, assim como as vezes irmanam o sonho com a ação. Por isso trazem tanto medo e pedem reação. E se os conteúdos passam – os livros de cavalaria de Cervantes hoje são simples curiosidade literária, assim como as obras da ilustração perderam a velha capacidade de inspirar revoluções – o poder alucinatório dos livros e das bibliotecas, seus grandes depósitos, continua presente.

E nosso caso aqui, é e não é diferente. Com efeito, o que pretendo fazer aqui – e em pouco tempo – é na verdade um breve passeio, a fim de tentar mostrar de que maneira, a Real Biblioteca chega ao Brasil e constitui uma parte significativa de nossa atual Biblioteca Nacional.

A pesquisa que realizei – junto com Paulo César de Azevedo e Angela Marques da Csota – conta as aventuras e desventuras da Real Biblioteca cujo acervo remonta à própria história da monarquia portuguesa e é quase um espelho dela. No entanto se foram muitos os soberanos que trataram de “ajuntar livros”, bem na tradição das Reais Bibliotecas que tomavam forma definida a partir dos séculos XV e XVI, foi mesmo nos tempos fartos de D. João V que a Real se transformou numa estratégia definida de poder, mostrando os vínculos entre bibliotecas e a política de Estado.

1. Nos tempos fartos de D. João

Nesse contexto (1706-1750) em que o ouro do Brasil afluía de maneira fácil e pretensamente inesgotável D. João V usou a biblioteca como uma questão de prestígio; um cartão postal de sua erudição, e uma maneira de projetar o próprio monarca e seu reino.

Com uma preocupação com outras bibliotecas manda mensageiros a Viena, Paris, Roma, Londres (aonde o enviado garantia que as bibliotecas de Oxford e de Cambridge eram muito diferentes dos conventos portugueses). Sabia-se de tudo: técnicas de classificação, objetos, funcionamento, horários, práticas e bibliotecas inteiras eram compradas com o intuito de fazer dessa biblioteca uma das maiores do Velho Mundo. Em curto espaço de tempo a bi-

biblioteca teria a dimensão das coleções reais europeias como as da rainha Cristina, o duque de Orleans, o gran Duque da Toscana e o príncipe da Savóia.

Eram as luzes joaninas: D. João conhecido por sua pouca cultura rebatia tudo com esse projeto de renovação cultural que tinha a frente sua grandiosa livraria. E a Biblioteca crescia, junto com o famoso fascínio do rei pela demonstração. Tanto que com a morte do rei, os panegíricos associariam o rei à Biblioteca, ou melhor à biblioteca perdida de Lisboa

2. Terremoto

O dia era o 1º de novembro de 1755, dia de Todos os Santos. A manhã parecia promissora: o céu límpido, a temperatura amena de 17,5 graus e o ar tépido não acenavam para a catástrofe que se aproximava. Ao contrário, a jornada apresentava-se própria para o “cuidado das almas” e as Igrejas, apinhadas de gente, deixavam badalar os campanários, ao mesmo tempo em que sinos soavam pelos quatro cantos da cidade de Lisboa, chamando a população para a missa. O ambiente todo lembrava calma, em meio àquela orquestração de preces, das nuvens de incenso com seu cheiro tão peculiar, das roupas caprichadas dos dias feriados e dos cumprimentos amistosos entre vizinhos. Tudo fazia daquele 1º de novembro um dia santificado, próprio para a exaltação da glória de Deus, naquela capital tão afeita a demonstrações religiosas.

Mas as agruras do dia estavam só por começar. Após três abalos consecutivos, que duraram poucos minutos, um fogo devastador incendiou o que restava para destruir: consumiu edifícios, derreteu riquezas e matou aqueles que estavam dentro de casa. Por sinal, foram as chamas as culpadas da maior parte dos prejuízos.

E a sucessão de horrores continuava. Após os abalos, enquanto o incêndio continuava vigoroso, as águas do Tejo subiram rapidamente de seis a nove metros. Ou seja, em torno de uma hora após o primeiro tremor, alguns sobreviventes, ainda atônitos, olharam para o porto e notaram que as águas pareciam vazar para o oceano: tratava-se de um refluxo motivado pelo terremoto que estourara em alto mar. Segundo os testemunhos, a zona portuária teria ficado quase seca e seu leito um tanto lodoso. Ao certo ninguém pode afirmar o que aconteceu; sabe-se porém que, em poucos minutos, o legendário Tejo, elevou-se a uma altura inacreditável. Assim, aqueles que haviam resolvido fugir do fogo correndo para as águas não tiveram melhor sorte, uma vez que essas, de tal maneira agitadas, trouxeram de volta barcos, despojos e com eles corpos já sem vida.

O resultado desse acúmulo de desastres é que, logo depois do incidente, pouco se via para além de escombros. Não é o caso de resumir os infortúnios causados pelo terremoto que teve consequência graves em diferentes setores da vida portuguesa. O que me interessa mais de perto são os livros e o fato do antigo palácio Real, localizado no Terreiro do Paço, ter sido atingido sucessivamente pelos três infortúnios: o tremor, o fogo e o maremoto.

E se as chamas são democráticas, o foram ainda mais no que se refere aos papéis e aos livros cuidadosamente ajuntados pelos reis. Quase nada restou da primeira real biblioteca que continha livros maravilhosos, gravuras dos mestres italianos e dos países baixos, manuscritos, códices e mapas. Tudo virou objeto da memória que tem em seu feito a própria recriação.

3. Tempos de Pombal

Nesse nosso passeio rápido chegamos aos tempos de D. José I e de seu poderoso ministro Pombal, mais conhecido pela gramática política que começava a realizar, transformando o Estado em um verdadeiro teatro da sua atuação: uma gramática política.

Pombal, que ficou conhecido por sua política truculenta contra os jesuítas e que resultou na própria expulsão da ordem em 1759; pela domesticação da nobreza (cujo caso mais emblemático é o da execução dos Távoras (acusados de regicídio sem muitas provas), concentrou sua atenção em dois grandes aspectos. Após o terremoto – que para Pombal significou quase um patamar para sua nova política – passou atuar em duas linhas de frente: de um lado a reforma urbana – aonde se desenharia e demonstraria a nova racionalidade preconizada a partir de então –, de outro a reforma educacional, que nos interessa mais de perto.

O primeiro local em que ela se afirmaria seria na Universidade de Coimbra aonde, a partir de então reorganizavam-se estruturas e modos de pensar. Era a nova racionalidade e a prática da experimentação que se impunham, no lugar da neo escolástica e de um ensino muito preso às amarras religiosas. No entanto, é no mundo das bibliotecas que estamos mais focados, e esse seria muito afetado pela nova política Pombalina. Com efeito, Pombal trataria de reconstruir a antiga mística das Bibliotecas dos Reis – agora no Paço da Ajuda – com os poucos recursos que haviam sobrado. O próprio rei D. José I, de tão assustado que estava, se acostumara com a idéia de morar numa Real Barraca, ainda não terminada, só por conta do medo de que algo caísse em sua Real Cabeça.

E é na idealização da nova biblioteca – uma vez que a outra tinha desaparecido totalmente – e sobrado só a “memória de uma biblioteca maravilhosa” – que podemos perceber as limites do modelo pombalino e da própria ilustração portuguesa.

De um lado, a censura continuava solta – e atuando em três instâncias – assim como livros e seus donos continuavam a ser presos e retirados de circulação. Não obstante os mesmos livros retirados pela mesa censória eram aqueles que agora fariam parte dos acervos reais. Esse é o caso das bibliotecas dos jesuítas que expulsos de Portugal tinham seus livros reutilizados na Real Biblioteca, dividida em dois acervos: A Real Biblioteca e a Livraria do Infante. Esse é caso, também, da atuação da Real Mesa Censória que, a despeito da formação mais arejada de seus integrantes, continuava a censurar as obras de mestres como Voltaire e Diderot. Impedia-se a circulação para o pública, mas se incluía nos acervos reais.

Até mesmo a atuação da Mesa Censória é paradoxal, uma vez que sistematicamente liberava livros antes banidos pela Inquisição, para seus proprietários ou livreiros. Entre tantos pode-se citar *Ouvres*, de Voltaire (sobretudo as obras de teatro), *Pamela*, de Richardson, *Esprit de lois*, de Montesquieu, *Essays on human understanding*, de Locke². Em 1769, por exemplo, a Real Mesa Censória ordenou que todas as livrarias, gráficas, editoras e bibliotecas entregassem relações contendo os livros e manuscritos existentes em seus acervos. E nesse processo, obras que divulgassem conteúdos de “irreligião e a falsa filosofia dos livros dos chamados ‘filósofos’ cujo ateísmo e materialismo” continuavam condenadas.³ Com tantas idas e vindas, livros de autores como Voltaire, Diderot e Rousseau estavam sempre sujeitos a interditos imediatos, ou futuros.

Era, portanto, um Iluminismo complexo esse que entrava em Portugal, animando a leitura de algumas obras e mantendo a proibição de outras.

Para se ter uma idéia do montante de livros apreendidos, basta lembrar que a Real Biblioteca Pública, criada por decreto em 1775, foi basicamente aberta tendo como acervo os livros coletados e liberados pela Real Mesa na biblioteca dos oratorianos e nas bibliotecas dos colégios jesuíticos, suprimidos em 1759.

Não é o caso de adentrarmos o tema da Real Mesa Censória. O fato mais destacado é que na gramática política do ministro, ganhou projeção o plano de reconstruir duas novas livrarias reais. De um lado começava a ser elaborada uma nova Livraria – a Real Biblioteca Pública da Corte – mais vinculada à nova lógica racional implementada por Pombal. Por sinal a “Pública” surgia como resultado imediato dos trabalhos da Real Mesa Censória, órgão criado em 1768, com o objetivo de retirar da Inquisição seu antigo papel censor.

Diferente era, porém, o destino da Real Biblioteca, que, nesse caso, interessa-nos mais de perto. Essa seria refeita com o fito de substituir a antiga coleção ajuntada por vários monarcas portugueses e, para tanto, reservou-se um novo espaço, o Palácio da Ajuda, buscando-se guardar o formato da anterior. Ali foram reunidas duas coleções diferentes: a Livraria Real (privativa dos monarcas) e a do Infantado (especializada na formação dos príncipes reais). Cuidava-se da educação dos futuros monarcas, garantia-se documentação para casos de limites e fronteiras e, de quebra, caprichava-se na imagem de uma nação que se queria erudita e civilizada. Para coordenar os trabalhos foi nomeado o padre José Caetano de Almeida, que se transferiu para a Ajuda em 1756, lá ficando até 1768.

Era, assim, bastante original o novo modelo português, prevendo duas grandes bibliotecas. Ao mesmo tempo em que se reorganizava a Real Biblioteca, junto ao novo Paço da Ajuda, de forma autônoma, erguia-se a Real Biblioteca Pública, bem no antigo Paço que passava a ser reerguido. Dimensionada na proporção das grandes bibliotecas européias, a Biblioteca Pública contava, já de início, com um núcleo composto pelos muitos acervos dos Colégios da Companhia de Jesus, expulsa desde 1759. Um decreto de 2 de outubro de 1775 determinou a instalação dessa nova Livraria na ala ocidental do Terreiro do Paço, em vias de construção. Nas décadas seguintes, as circunstâncias políticas e culturais não se mostraram favoráveis à continuidade do projeto, que ficou durante algum tempo engavetado.

Não é, porém, dessa biblioteca que se pretende tratar, mesmo porque os trabalhos da Pública permaneceram um tanto truncados durante largo tempo. As maiores atenções se voltaram, logo após o terremoto, à Real Biblioteca, que já tinha seu lugar na tradição portuguesa. D. José, já instalado em seu incipiente Paço de Madeira, levantado na Quinta de Cima do lugar de Nossa Senhora da Ajuda, determinou, de imediato, e com o auxílio de um valido, a reconstrução de uma nova biblioteca num edifício de pedra e cal, no próprio palácio. Em seu formato inicial, a Livraria teria três dependências e estaria localizada junto à torre da sineira, bem próxima ao rei.

Mas, como não há biblioteca sem livros, a aquisição de novas obras era premente. Já em 1756 negociou-se a compra da coleção do bibliófilo Dr. Nicolau Francisco Xavier da Silva, contendo um valioso acervo de manuscritos e livros. Não eram muitas, no entanto, as bibliotecas privadas que haviam sobrevivido ao terremoto. Talvez a mais importante tenha sido aquela adquirida da Condessa de Redondo, cuja coleção honraria qualquer instituição do gênero. A livraria que pertencera ao Conde de Redondo era famosa pela quantidade de volumes e pela boa qualidade dos manuscritos de história.

Seguiu-se a estas a compra da livraria do dono de um jornal português, o gazeteiro José Maria Monterroio de Mascarenhas, rica em dicionários e em livros de genealogia, de origem castelhana, inglesa e portuguesa. E se juntariam, ainda, os acervos do Cardeal Mota e de seu irmão, e outras pequenas livrarias disponíveis no mercado.

Mas a grande coleção aquinhoada nesse primeiro momento foi a do abade de Santo Adrião de Sever, Diogo Barbosa Machado,⁴ com 4.301 obras, divididas em 5.764 volumes, abrangendo diferentes ramos do conhecimento e incluindo, ainda, belas coleções de retratos, estampas de caráter religioso, mapas e um conjunto de folhetos agrupados por temas. Tomou parte na negociação Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas (1724-1814), da Ordem Terceira da Penitência, cuja importância cultural era evidente: além de presidente da Real Mesa Censória, era diretor dos Estudos Secundários e do Colégio dos Nobres. O frade era também presidente da Junta de Subsídio Literário, trabalhou na reforma da Universidade de Coimbra, onde era professor, isso sem esquecer seu papel como preceptor do Príncipe D. José, neto do monarca. Cosmopolita, mantinha correspondência com pensadores da época e contatos com o mundo bibliófilo. Em suas memórias, recordando-se da importância dessas instituições, escreveu: *“As famosas bibliotecas que se apresentavam à nossa curiosidade nas cidades eruditas da nossa passagem, levavam milhares de idéias que se começaram a reproduzir como o tempo ia permitindo”*.⁵

Cenáculo foi uma figura central na negociação do acervo e, junto com o Padre Francisco José da Serra Xavier – que anos depois seria bibliotecário da Real Biblioteca – tratou de persuadir o velho amigo, Barbosa Machado, a oferecer sua rara livraria.

A biblioteca de Diogo Barbosa Machado trazia um pouco de tudo e, sobretudo, muito para quem nada possuía. O cuidado era tal que o deslocamento dos livros foi tratado como questão prioritária do Estado, que encarregou um responsável especial: Nicolau Pagliarini, o diretor da Tipografia Régia e encarregado das livrarias do Paço das Necessidades e do Colégio dos Nobres, que se tornara muito conhecido por sua campanha antijesuítica.

A originalidade da coleção guardava a personalidade do antigo proprietário, que não se limitou a colecionar obras valiosas e a mantê-las. Barbosa Machado reuniu, por exemplo, uma grande coleção de opúsculos raros, concernentes às histórias de Portugal e do Brasil, reduzindo-os todos a um só formato. O acervo contava ainda com 3.134 folhetos que o bibliógrafo reunira durante sua vida e que conformavam 85 volumes.

A coleção possuía também uma grande seção de iconografia de que

faziam parte obras impressas com ilustrações gravadas a água-forte ou buril e conjuntos de imagens relacionados à história de Portugal. Reunidos em volumes *in folio*, de grandes formatos, esses livros apresentavam estampas recortadas (em boa parte de obras publicadas) e montadas em novas encadernações. Oito tomos de retratos eram divididos em vários volumes, perfazendo um total de 1.980 estampas, todas recortadas, descritas e catalogadas. A coleção incluía um volume de mapas, vistas e plantas de fortalezas que registravam feitos da história de Portugal, não só no reino como na África e nas demais possessões asiáticas e da Oceania. Existiam, ainda, 63 títulos referentes à arte da gravação, que introduziam conjuntos relativos à Bíblia e reproduções de quadros de pintores célebres, pertencentes a colecionadores particulares.

Mas falta descrever o que Barbosa Machado considerava sua maior obra, não como bibliófilo, mas como autor e membro da Academia Real de História: a *Bibliotheca Lusitana*, organizada em três grande tomos, refaz, em ordem alfabética, a memória dos grandes líderes, intelectuais e religiosos da nação. Já no título da obra ficam evidentes as intenções: *Bibliotheca Lusitana. História, Crítica e Cronologia na qual se compreende a notícia dos autores portugueses e das obras que compuseram desde o tempo da promulgação da lei da Graça até o tempo presente*.⁶

Dedicada aos monarcas portugueses – primeiramente D. João V e depois D. José I –, a obra representa, sobretudo, um exercício de exaltação do poder real. Logo na introdução, Barbosa Machado enaltece o rei e suas benesses na área da cultura. A imagem de D. João V, tão carente de grandes feitos, é associada a dois grandes empreendimentos – a Academia e a Real Biblioteca –, cada qual, à sua maneira, digno representante da cultura de Portugal. Mas o objetivo era mais grandioso, pois a *Bibliotheca Lusitana* pretendia cumprir uma lacuna: seria uma espécie de dicionário dos conhecimentos acumulados em Portugal e de seus grandes vultos. Uma biblioteca universal, pautada em feitos portugueses: aí estava o grande desafio de Barbosa Machado que, além de coletor, se fazia agora classificador e juiz de obras e de nomes. Pretendia-se, talvez, recriar um passado, reconhecer uma cultura, nomear uma memória; patriótica e oficial, por certo.

Assim, com seus mais de cinco mil volumes, a coleção de Diogo Barbosa Machado significava, para a Real Biblioteca, mais do que a entrada de um novo acervo. Com todos os livros apresentando o ex-libris de seu ex-proprietário – que viria a falecer em 1772 – e uma relação catalográfica cuidadosamente elaborada, a coleção dava personalidade à Livraria, que até então não passava de um amontoado de obras sem grande qualidade. E em 1772, a transferência da coleção parecia terminada.

Estas coleções particulares eram as “heranças” mais aguardadas, diante das escassas possibilidades de aquisição de bons livros no comércio de ocasião. Visto sob esse ângulo, o acervo de Diogo Barbosa Machado era mesmo um prêmio raro.

Mas, se a coleção de Barbosa Machado tornou-se a mais famosa, não foi com certeza a única, tampouco absolutamente original: junto com as doações, vinham as manias, as preferências e os gostos de cada colecionador. Cabia aos funcionários da Real Biblioteca acondicionar, organizar e classificar as novas aquisições, assim como dar a elas um destino de conjunto.

Aos poucos tomava forma um projeto, cujo objetivo era a aquisição não só de um montante significativo de documentos, como de obras de referência, indispensáveis a este tipo de estabelecimento. Ali estavam bibliografias, dicionários, enciclopédias: os instrumentos de trabalho mais modernos, ou ao menos mais famosos na lista de saberes dos humanistas. Desses acervos, também faziam parte estampas, atlas e esculturas, para a decoração do local.

A Real Biblioteca lucraria, ainda, com a entrega das “propinas”: a doação de um ou mais livros de cada edição ao Estado. Era atribuição da Real Mesa Censória, que, após recolher os livros, os distribuía pelas várias coleções reais.

Seja por compra, encomenda, requisição ou recebimento oficial, a Real ia se equipando e ganhando importância. Lembremos, no entanto, que esta não era exatamente uma biblioteca pública, por mais que seu principal responsável se gabasse de *“ter sempre a porta patente para aquelas pessoas a quem se lhe deve permitir entrada”*.⁷ Na verdade, a poucos se facultava passagem: membros da família real e da Corte, visitantes ilustres, ou representantes do corpo diplomático. A Livraria era antes uma dependência do Paço, cuja segurança fazia parte dos negócios da Corte e estava sob a jurisdição do Mordomo-Mor.

Pode-se verificar, a partir da documentação legada pelo amanuense, como, apesar da inexistência de um estatuto interno, existiam regras partilhadas pelo grupo e que possibilitavam o bom funcionamento da instituição. Acompanhar, no entanto, a movimentação do acervo revela seu alcance limitado, ao menos nesses anos iniciais de sua reconstrução: o fito imediato era a família real, e seu círculo íntimo. Sem isto não se entenderia por que todos os que se referiam à instituição a nomeavam sempre no plural: as Reais Bibliotecas, ou as Reais Livrarias. Tal costume vinha da existência de duas coleções depositadas no mesmo acervo. A Real Biblioteca, propriamente dita, ia se constituindo de obras de temas variados: religião, história, filosofia, belas-artes e ciências naturais. Faziam parte desse primeiro acervo, também, atlas, obras impressas e manuscritas, partituras de música, desenhos, cartas geográficas,

gravuras, estampas, algumas obras de arte, instrumentos de medição, moedas e medalhas. Já a segunda coleção era mais conhecida sob o nome de *Infantado* e compreendia uma série de livros especialmente consagrados à educação dos jovens príncipes e futuros dirigentes da nação. Aí estavam os compêndios de história e de geografia, os primeiros livros de ciências, gramáticas e outras tantas obras que contribuía para a educação dos herdeiros reais.

A Real Biblioteca, ou as Reais Bibliotecas, funcionavam, assim, sob a batuta de religiosos tornados amanuenses, dedicados ao aumento do acervo. Mas a importância dessas instituições não se centrava apenas nos livros. Junto com a biblioteca ficavam armazenados aspirações e projetos que refletiam uma monarquia apresentada como culta e erudita. Já se falou sobre os limites do pensamento ilustrado português, mas agora pode-se pensar em suas implicações práticas, sobretudo no que se refere à conformação de uma Real Biblioteca: uma espécie de cartão de apresentação do Estado. Depois do incêndio, só restou a D. José e a seu poderoso ministro a reconstrução do acervo, tendo como modelo as novas idéias ilustradas, que funcionavam como ícones da época. A seleção não era tão livre e implicava a submissão aos critérios da Real Mesa Censória, que liberava certos textos, mas cerceava aqueles que considerava mais heréticos. A liberdade era, assim, relativa, condicionada às razões do Estado.

A Real Livraria representa, nesse sentido, um ótimo exemplo da ilustração portuguesa possível. Diretamente ligada ao Estado, colaborava para o fortalecimento de uma certa representação do poder monárquico. Na mesma medida em que a ilustração portuguesa, iniciada no governo de D. João V, confundiu-se com a administração pombalina, a reconstrução da Real Biblioteca acompanhou sua época e, mais do que um centro isolado, representava a erudição do rei e de sua cultura. Assim como ocorria em outras esferas – nas novas regras da Universidade de Coimbra, na reforma educacional, na Academia de Ciências... –, também a Real Livraria significou uma alternativa paradoxal em tempos de Iluminismo e de ilustração.

Estavam, porém, para começar novos tempos, e a Real Livraria, tão ligada à família real, sofreu de perto os momentos da *viradeira*, que marcaram a subida ao trono da rainha D. Maria I e a conseqüente queda do poderoso ministro Pombal. E a Real Biblioteca, para seu infortúnio, lembrava em demasia o ministro. Afinal, todos os documentos que implicavam contratar, remunerar ou até mesmo dispensar funcionários eram assinados por Pombal, dados seus vínculos afetivos com a instituição. Estranha é a sina dos livros, que por vezes narram histórias, por vezes as fazem, ou acompanham-nas de perto.

4. D. Maria. “Viradeira” na política e no mundo das bibliotecas

Mas a política estava para mudar. O rei D. José morre em 1777 e logo que sobe ao poder D. Maria I deixaria claro para Pombal quais seriam suas intenções com relação a ele. Afastado do poder, Pombal conheceria o que ficou chamado de “A Viradeira”, movimento que revelou como, naquele contexto, tudo que lembrasse a Pombal seria suspenso, excluído ou, no melhor dos casos, adiado.

Assim ocorre com as reformas urbanas ou com as instalações do Terreiro do Paço, que são preteridas em prol da construção de conventos e Basílicas (como a Basílica da Estrela) ou então com o destaque a Queluz – a Versalhes portuguesa – que agora se mostrava como o novo centro do poder real.

O mesmo ocorria com outros centros como a Academia Real de Ciências que entrava no lugar da Academia Real de História como se, por contraposição, D. Maria impusesse novos símbolos, valores e instituições.

E algo parecido aconteceria no mundo das bibliotecas. Se até então a Real era associada ao Estado e à figura de Pombal, nesse momento as atenções de D. Maria se concentrariam na Real Biblioteca Pública que já em 1775 nascia grande.

Instalada no Terreiro do Paço – Praça do Comércio – em 1797, a nova instituição abre suas portas revelando a fragilidade da Real Biblioteca que mais e mais se convertia numa extensão do Paço da Ajuda que permanecia em posição pouco estratégica em relação aos interesses do Estado. Além do mais acumulava duas figuras de destaque da política portuguesa: Frei Manuel de Cenáculo e Antonio Ribeiro dos Santos.⁸

A alteração no eixo de poder gerava, ainda, mudanças na política cultural, afetando de perto a Real Biblioteca. Se, até então, a Real fazia parte dos planos estratégicos do governo pombalino, a partir desse momento também ela foi deixada, ao menos momentaneamente, mais apartada dos interesses centrais do reino.

Nos documentos da época, em lugar da antiga certeza, o tom dos funcionários mudava, destacando-se então a negociação, quando não a súplica. Muitas vezes listavam e sublinhavam a importância da Real Biblioteca, assim como, com frequência, lembravam à filha as promessas feitas pelo pai, como se fosse necessário repisar compromissos outrora selados.

O impacto da criação da Biblioteca Pública foi evidente e teve consequências imediatas nos destinos da Real Biblioteca da Ajuda que, nessa comparação, ficava mais diminuta do que antes. Segundo as poucas descrições que restaram, a Real era composta por três salas, guarnecidas de estantes e varan-

das. A essas se seguiam os gabinetes utilizados para manuscritos e livros raros. A entrada não ajudava na apresentação da Livraria: o corredor era estreito, e no inverno a iluminação, já fraca, ficava apagada.⁹ Ou seja, no conjunto o espaço era pequeno, sobretudo para acumular tantos livros que chegavam de diferentes coleções. Não eram poucas as queixas dos funcionários com relação à falta de espaço e de estantes, à ausência de classificação das obras que continuavam a afluir, aos buracos no telhado e à falta de limpeza do acervo.

Nos pequenos detalhes ia se inscrevendo a situação mais periférica da Real Biblioteca. Intrigas, demandas antes inexistentes e até um certo descaso em relação aos escassos funcionários da Livraria eram frequentes. Feliciano M. Perdigão precisou defender, como pôde, a permanência de “*dois varredores para a Livraria*”, pois, por essa época, um deles, João Antônio Pinto, foi chamado a prestar seus serviços na Corte, conduzindo os músicos à sala Real. O amanuense mais uma vez reagiu, ao que lhe foi respondido:

Com esta notícia correu logo o referido Guarda a buscar o dito João Antônio Pinto, propondo-lhe a falta que faria no atual serviço o sobredito varredor; mas nada foi bastante para o persuadir que não é conveniente tirar-lhe o dito varredor; parecendo-lhe que como haja de gastar poucos dias e no mesmo serviço da Livraria fica o outro varredor José Marques, nenhum prejuízo se dá.

Não há como saber ao certo se Perdigão conseguiu convencer D. Maria a manter seus dois varredores, ou não. Qualquer pretexto servia-lhe para recordar o lugar estratégico da Biblioteca, seus vínculos com a cultura lusitana e européia, e seu papel como capital simbólico no Estado. Afinal, se a *viradeira* tinha alterado a hierarquia das instituições, cabia ao responsável pela Biblioteca não deixá-la cair no esquecimento: foi a Real que concentrou esforços de tantos reis portugueses, por ser a guardiã da história de tudo o que se podia desejar lembrar.

A Real, contudo, deixara de ser a única a representar esse papel diante da monarquia – a Biblioteca Pública e algumas instituições menores dividiriam agora as atenções na área. E a correlação de forças não parecia pender para o seu lado. Basta dizer que, inaugurada sob os auspícios da soberana, a Pública apresentava de forma vistosa, em uma sala central, a estátua pedestre da “Augustíssima Rainha a Senhora D. Maria I. Fundadora desta Real e Pública Biblioteca”; peça simbólica que não só completava a homenagem, como patenteava a filiação.¹⁰

Mas nem tudo estava perdido, tanto que algumas poucas coleções dos jesuítas continuaram chegando à Real, como é o caso da livraria advinda do Colégio de Todos os Santos, instalado na Ilha de São Miguel (em Açores). Além do mais preparavam-se novas regras.

Os tempos eram outros, e passavam a se formalizar espaços e funções. O amanuense e Guarda-Mor ganhava a designação de prefeito, preparando-se a substituição de Perdigão. Prova disso é o “Regulamento Provisional das Reais Bibliotecas”, redigido por Francisco José da Serra em 16 de outubro de 1804 e que vigorou a partir deste ano, especificando funções, horários e posturas.¹¹

Não há tempo para analisarmos com calma o regulamento que estabelecia em detalhes horários, funções e disposições. O que importa é que a essa altura, porém, a situação estava bastante consolidada. Apresentava-se como uma livraria volumosa, com mais de 100 incunábulo, entre os quais dois exemplares (um impresso em papel, outro em pergaminho) da *Bíblia de Mogúncia*, de 1642, de Fust e Schoeffer. Muitas eram as edições raras, como a dos *Coloquís dos simples e drogas da Índia*, de Garcia da Orta, impressa em Goa, em 1563. O acervo continha ainda muitas primeiras impressões portuguesas e espanholas, *Livros de Horas* iluminados, mapas e gravuras.¹² O descaso em relação ao acervo deixara boa parte dos volumes em situação precária de conservação. Em um catálogo elaborado por José da Serra, datado de 22 de outubro de 1804, há referências ao estado das obras: “*Totalmente arruinado da traça.*” Ou: “*Está a pasta velha e tem no corpo alguma traça, mas pode se conservar pelo argumento de que trata.*” E ainda: “*Posto que sofrível merece lugar nessa Real Biblioteca (...).*” Sobre um livro de 1491, Serra fez a seguinte referência: “*Posto que piedoso da traça pode conservar-se pela sua antigüidade da impressão.*”¹³

As bibliotecas reconquistavam seu lugar, inclusive na programação dos turistas que visitavam Lisboa. Este foi o caso do sueco Carl Ruders, em 1801:

Costumo, agora, passar uma boa parte do meu tempo na Biblioteca Pública e principalmente na Biblioteca Real aonde, diariamente, vão muitas outras pessoas para ler ou fazer extratos. Vejo lá, de tempos em tempos, um sábio estrangeiro, o conde de Hoffmansegg, que se ocupa em estudos de Botânica. Com este diligente naturalista (...) não travei relações; conheci-o apenas de vista. Mas um de meus amigos mostrou-mo uma noite na ópera e teve a seu respeito um curioso dito: ‘Que esse homem é sábio vê-se claramente, mas que seja conde é necessário dize-lo.’¹⁴

Contudo, não era uma época de calmaria, propícia ao deleite dos livros, nem de políticas culturais estáveis e duradouras. O maledicente viajante J.B.F. Carrère, no livro *Voyage en Portugal et particulièrement à Lisbonne*, em 1796, de maneira seca se referiu às bibliotecas portuguesas: “Lisboa não tem nenhuma biblioteca pública. As bibliotecas particulares são pouco numerosas, e muitas vezes raras (...)”.¹⁵ Ele não conheceu, ou não quis comentar, a Biblioteca Pública, recém-aberta, e sequer se lembrou do acervo Real. Mas é fato que os tempos mais gloriosos haviam ficado para trás. A situação política do país, no plano internacional, era tensa, e os planos e projetos mal saíam do papel. Em um documento que descreve o estado do reino em 1796, a imagem é de desolação e desânimo: “A lei de barreiras para estradas públicas saiu nesse ano; não teve observância, ficou no projeto de seu autor. As estradas são sempre péssimas. A da nova e pública biblioteca da Corte também se publicou, mas o preparo da guerra logo a fez esquecer”.¹⁶

Na verdade, a iminência da guerra fazia com que se esquecesse de tudo: planos e projetos eram adiados e passavam para segunda ordem. Portugal, que tentara durante tanto tempo manter-se neutro diante dos conflitos que estouravam, era cada vez mais forçado a tomar parte nesse jogo que, na maioria das vezes, deixava poucos vencedores. A guerra chegava perto de Portugal e, nesse clima, quase não sobrava espaço para a aquisição de novos livros, a classificação dos antigos, ou para se pensar em uma política de acervos culturais. Lá estavam as duas Livrarias: a Real, com sua coleção preciosa e preservada para poucos, e a Pública, bem fornida pelos livros censurados nos tempos da Real Mesa Censória, aumentada pelas propinas e alocada bem no centro da capital.

Porém, tudo isso tinha pouca importância frente ao que estava por ocorrer. Diante da crescente pressão da França, que não aceitava mais meias medidas, aproximava-se a hora de o príncipe D. João e sua Corte fazerem as malas e partirem. Por estranhos e tantos rumos, e por mais que se tenha pensado em levar todos os livros e documentos do Reino, foi mesmo a Real Biblioteca que partiu – em três levadas e acondicionada em algumas centenas de caixotes – para chegar, algum tempo depois, sã e salva, ao seu destino na América.

5. Enfim nos trópicos

Não temos muito tempo para ficar nesses impasses internos, uma vez que a história do país como um todo estava para mudar. Sabemos que depois de uma longa e complicada política de neutralidade – que Portugal procurava

manejar diante de Inglaterra e França – o jogo começava a ficar mais difícil sem que se agradasse nenhum dos contendores.

A saída da monarquia portuguesa, rumo ao Brasil foi complexa e dramática (em novembro de 1807) e não temos tempo aqui para narrar alguns impasses, desventuras e casos particulares que fizeram desse momento da história portuguesa e brasileira, um momento particular.

Mas pulemos o evento em si para perseguir a nossa Biblioteca e mostrar, com dados, como os livros estarão bem no meio da querela que opôs o Brasil a Portugal. Quem sabe nunca a questão do Estado esteve tão próxima das livrarias e acervos. O fato é que – diferente de outras monarquias européias –, a brasileira sobrevivia e viria se instalar em sua rica colônia tropical. Em 22 de janeiro de 1808 atraca em Salvador e em 7 de março de 1808 já chegava ao Rio de Janeiro onde iria se instalar o novo aparelho de Estado: a Justiça, a Fazenda, a Imprensa e a Impressão.

Era a liberdade que vinha dos trópicos, a possibilidade de permanecer mais apartado do conflito e de remontar um Estado na antiga colônia.

6. Franceses em Portugal e a fuga da Biblioteca

Enquanto isso retornemos à nossa biblioteca. Deixemos um pouco nosso rei se refastelar em seu refúgio tropical, afim de entender o que ocorrera com nossa Real Biblioteca. Com efeito, expulsos os franceses ainda em 1808, funcionários reais se dão conta de que a Real não havia partido. Quem partira era a Biblioteca de Antonio Araújo (o conde da Barca) bem acondicionada na nau *Medusa* em 34 caixotes.

Os depoimentos deixados nos documentos escritos pelos bibliotecários chegam a ser dramáticos e falam do receio de negar o pedido de queimar os “manuscritos” ou mesmo da “rapina predadora” dos franceses que teriam vindo procurar a “Bíblia de Guttemberg”.

Preocupação semelhante à de Joaquim de Costace foi externada por Alexandre Antônio das Neves, encarregado da Real Biblioteca da Ajuda. Em 12 de outubro de 1808, ao fazer um balanço da situação da Biblioteca para D. João, explicou as providências tomadas e as que pretendia tomar para mantê-la salva:

Assim como em 29 de novembro do ano passado eu, cheio do maior susto, levei à presença de V.A.R. pelo Governo destes reinos a impossibilidade que havia de executar-se a Ordem imediata que V.A.R. deixou de se queimarem, logo depois da sua saída barra-fora, os papéis

que existiram nos Gabinetes destas suas bibliotecas e que, dos muitos caixões de livros prontos para o embarque, nem um só chegou a recolher-se do cais para bordo: assim agora, cheio da maior satisfação, levo à presença de V.A.R. que nem um só livro ou papel foi tirado destas Reais Bibliotecas pelos franceses. Foram sim empregadas todas as diligências que ocorreram para que alguns franceses, que vieram em quatro ocasiões examinar a Biblioteca, se fossem quase sem nenhum conhecimento delas: porém estes meios eram inúteis, se a Providência Divina não tivesse desviado do governo francês a lembrança de outra sorte mais fácil de ocorrer, de tomarem a si as chaves. (...) E agora que está a partir embarcação de guerra para o Rio de Janeiro; em que nem é possível ir a quantidade de livros que segundo as ordens de V.A.R. antes de sua partida devem embarcar-se; nem segundo penso, devo deixar de remeter alguns dos papéis particulares, que deveriam pelas ordens ter-se queimado, e felizmente escaparam de queimar-se e de ser apreendidos: rogo a V.A.R. que pelo Expediente de Governo destes reinos se digne declarar-me a Sua Real Permissão para a dita remessa, a qual com a mesma permissão farei recomendando que, no caso não esperado de ataque de inimigos, sejam lançados ao mar os ditos papéis: os quais hão de formar um pequeno pacote.¹⁷

O encarregado, que se vangloriava de ter salvo da guerra e do saque documentos e livros importantes, oferecia-se então – serenada momentaneamente a situação – para acompanhar o acervo em viagem ao Brasil, antes que fosse tarde demais.

A mesma notícia da feliz ventura da Biblioteca foi dada ainda por Cipriano Ribeiro Freire, D. Miguel Pereira Forjas e João Aristides Salter de Mendonça, membros da Junta de Lisboa, que escreveram ao príncipe em 18 de outubro de 1808, dizendo que “*os palácios reais ficaram com muitas danificações, mas a Livraria Real do Paço da Ajuda com todos os seus papéis, ainda os mais secretos, sem a menor diminuição ou ruína*”.¹⁸

E em março de 1809 os franceses voltam o que só faz animar a ordem expedida em janeiro de 1809 em que o rei havia mandado encaixotar os livros e documentos da Torre do Tombo, da Real Biblioteca Pública e da Real Biblioteca.

Em 18 de janeiro de 1809, Alexandre Antônio das Neves novamente demonstrava, enfaticamente, a sua preocupação com o acervo da Livraria Real, em carta ao príncipe:

Ainda que eu reconheça que o por a salvo as preciosas Bibliotecas do Palácio de N. Sra. da Ajuda com os papéis particulares de V.A.R. que nelas existem, é objeto que está na lembrança de V.A.R. para dar providência sobre eles: também é do meu dever o buscar as ordens de V.A.R. para as mesmas providências. Para não aumentar o susto que se vai espalhando por Lisboa, vendo-se os preparos dos negociantes ingleses para saírem e considerando eu que tais acontecimentos não deixam de proceder de reflexões mui sérias, trato com os meus companheiros de encaixotar mui ocultamente os papéis particulares, manuscritos e dos mais livros os que couberem nos caixões que existem dentro da mesma biblioteca. Porém são precisos muitos outros caixões e alguns socorros aos empregados, assim como ainda estou por embolsar das despesas que tenho podido fazer com a conservação das bibliotecas desde outubro de 1807: e de presente acho-me de todo sem meios alguns para poder como muito desejo continuar a suprir semelhantes despesas. Por isto suplico V.A.R. se digne dar-me as Suas R. Ordens que pedi em conta de 15 do mês próximo passado. E de mais suplico dignar-se V.A.R. de atender a fidelidade e zelo com que o tem servido todos os empregados das Reais Bibliotecas para que no caso de vir a ser preciso que embarquem as mesmas Reais Bibliotecas para o Brasil, V.A.R., por sua Alta Clemência, manda dar passagens gratuitas aos ditos empregados e suas famílias que são de pequeno número de pessoas; e eles nem tem meio de se transportar nem lhes ficará do que viver.¹⁹

Todos os caminhos levavam ao Brasil, um lugar a salvo de pilhagens, da crise em Portugal e dos perigos da guerra. E se a biblioteca devia partir, melhor é que também viessem seus funcionários. Por isto, mesmo sem ter recebido a carta de Alexandre das Neves, mas já a par do risco da nova investida napoleônica, D. João, em 21 de janeiro de 1809, deu ordens para *“irem encaixotando e embarcando a Livraria, papéis importantes do Paço, tudo de consideração, que se acha a cargo de José Diogo de Barros, o Real Arquivo da Torre do Tombo, (...) o secretário de Estado dos Negócios do Reino avisava que fossem mandados Reais Cavalariças, e tudo quanto for de consideração”*²⁰

O Brasil representava um porto seguro onde tudo se poderia reunir, incluindo os arquivos preciosos da Torre do Tombo. Mas não era só: para João Antônio Salter de Mendonça, secretário de Estado dos Negócios do Reino, chegava ordem de

encaixotar, sem perda de tempo, o Monetário da Livraria Pública e as mais preciosidades da mesma para se porem em segurança nas embarcações da Coroa, apresentando relação do número de caixotes com as dimensões de cada um deles, logo que se possa calcular o mesmo número, ao Secretario do Governo Encarregado do Real Erário, para determinar o navio que embarcarão imediatamente”.²¹

Os preparativos para o transporte dos bens foram logo iniciados, e já no final de março seguia para o Rio de Janeiro a notícia de que estava “quase finalizado o embarque das preciosidades da Casa Real”.²² Bem a tempo, pois os franceses voltaram. Em março de 1809,

O ambiente é inseguro quando em princípio de 1810 Joaquim José de Oliveira parte em segredo levando manuscritos e 6.000 códices pertencentes à Real. E não era para menos; em julho de 1810 ocorre a terceira invasão o que provoca a preparação para a partida do restante da Real

A segunda remessa parte em março de 1811, com os livros da RB. O bibliotecário responsável era Marrocos que se queixava do ambiente dentro do navio: o vomitório geral, a água podre, a tripulação que não prestava e dizia mais “que se soubesse não partiria com tão preciosa carga”.

Após a tentativa de ocupação, novamente foram dadas ordens para “se embarcarem os Arquivos, efeitos da Casa Real, trens do arsenal, livros das Bibliotecas Públicas e Régias”.²³ Segundo Ricardo Raimundo Nogueira, um dos membros da Junta de Governo de Portugal, “algumas destas coisas chegaram a pôr-se a bordo; outras estiveram encaixotadas, mas não foram”. Entre os encaixotados e não embarcados, estava parte do acervo da Biblioteca Pública de Lisboa. Seu diretor, Antônio Ribeiro dos Santos, informava que estavam prontos “quatorze caixões de Manuscritos e Livros Raros, e oito do Monetário, e mais peças de antigüidade e preciosidades para poderem embarcar nos navios da Coroa”.²⁴ D. João tinha pressa e queria juntar todos os seus acervos na América: era então a hora de enviar a Biblioteca Pública e o resto das obras que ainda permaneciam na Ajuda.

Os tais arquivos jamais partiram, mas a Real Biblioteca da Ajuda viria inteira. Em março de 1811, saiu de Lisboa a segunda remessa, de 66 caixotes. Veio com o ajudante de bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos, na fragata Princesa Carlota, que aportou no Rio de Janeiro em junho. Em cartas enviadas a Francisco José,²⁵ seu pai, Luís Marrocos dava notícias – em tons ora ternos, ora lamuriantes, ora nostálgicos, ora otimistas e ora sarcásticos – não só da sua vida, como da biblioteca, do dia-a-dia na Corte e da cidade do Rio de

Janeiro. Esta correspondência tem início ainda na viagem, no dia 12 de abril de 1811, com o autor praguejando contra a temível travessia:

Esta é feita entre céu e água, sobre mil aflições, desgostos e trabalhos, quais nunca pensei sofrer; pois tendo saído da barra de Lisboa com vento de feição, mal chegamos ao mar largo, nos saltou vento de travessia, que nos impeliu para as costas da África: a vista delas passamos as Ilhas dos Açores e as Canárias, por meio de bordagens retrógradas, que por muitas vezes chegou a suspender-se de todo a navegação pelas calmarias podres, misturadas com ventos contrários, que nos expunha a imensos perigos. (...) Eu tenho passado muito incomodado da garganta, boca e olhos, de maneira que estou em uso de remédios; não tive enjôo algum ao sair da barra de Lisboa; porém causou-me a maior compaixão ver o vomitório geral da gente da fragata; pois entre 550 pessoas, que aqui há, foram poucas as privilegiadas do enjôo. (...) Ao oitavo dia de viagem já era corrupta e podre a água de ração, de maneira que se lançam fora os bichos para poder beber-se: tem-se lançado ao mar muitos barris de carne salgada podre. Enfim tudo aqui é uma desordem, pela falta de providências em tudo: todas as cordas da fragata estão podres, menos as enxarcias; todas as velas estão avariadas, de sorte que se rasgam com qualquer viração: a tripulação não presta; e em semelhante estado ficaremos perdidos, se por nossa desgraça formos acometidos de algum temporal rijo. (...) Finalmente, para dizer tudo de uma vez, se eu soubera o estado em que existe a Fragata Princesa Carlota, repugnava absolutamente de meter-me nela e a Livraria, e nisto mesmo faria um grande serviço a S.A.R.²⁶

E o mal-humorado bibliotecário tinha lá certa razão. Afinal, sua viagem, a pior das três, só confirmava o temor da travessia. Além do mais, profissional que era, desejava conservar os livros onde estavam e onde deveriam sempre estar, e não manipulá-los ou expô-los a viagens arriscadas desse tipo. Por isso, na visão de Marrocos tudo estava errado – a empreitada, a tripulação, as provisões, os instrumentos – e, sobretudo, o objetivo maior: trazer a Real para a “*bárbara colônia tropical*”.

A transferência da biblioteca se completaria em setembro desse mesmo ano com terceira remessa que saía em setembro de 1811 como os “*últimos 87 caixotes de livros*”²⁷, deixados até então em Portugal e embarcados na charrua S. João Magnânimo, sob a guarda do servente José Lopes Saraiva. Aos 230 caixotes de livros já desembalados e limpos, somavam-se os 87 trazidos por

Saraiva. E com a chegada dessa leva, em novembro a Real Biblioteca estava novamente toda reunida, finalmente, em terras brasileiras.

E os livros recém chegados precisavam ser acomodados. O local escolhido foi a Ordem Terceira do Carmo (local provisório que assim ficaria até 1858). Antigo hospital, no local os bibliotecários conviviam com o odor impregnado dos remédios, com o barulho da região e até ossos que restaram espalhados pela casa.

Mas a biblioteca ia se ajeitando tendo como prefeitos Viegas e Dâmaso e Marrocos como ajudante. Classificações, debates, regras faziam a felicidade desses senhores que só temiam mesmo o empréstimo de livros.

Marrocos, hipocondríaco por natureza, legou toda a sua documentação com seu pai e a partir dele vemos o cotidiano da instituição, assim como as constantes lamentações e queixas concernentes a tudo: faltavam verbas, pessoal, regulamentos, estrutura. Temas não muito diferentes dos que hoje conhecemos.

A biblioteca crescia com novas doações, assim como cresciam suas regras e formalizações: foi em 1811 que entraram as obras de José Maria da Conceição Veloso; em 1817 o acervo do conde da Barca, em 1818 o do arquiteto Costa e Silva (1818) e tantas outras. Isso sem esquecer das propinas que garantiam uma entrada regular de obras.

Em 1814, a livraria estava organizada e franqueada a um seletor público, merecendo elogios, por exemplo, de um certo padre Perereca que, além de recomendar as classificações e os métodos, destacava:

Esta Real Biblioteca tem chegado de ser a primeira, e a mais insigne, que existe no Novo Mundo, não só pelo copioso número de livros de todas as ciências, e artes, impressos nas línguas antigas e modernas, cujo número passa de sessenta mil volumes, mas também pela preciosa coleção de estampas, mapas, manuscritos e outras ricas e singulares coisas, que muito a enriquecem, e que cada vez mais se aumentam, mediante a munificência de Sua Alteza Real, que não cessa de enviar novas e seletas obras que nela se coloquem, e a ativa e zelosa administração dos seus bibliotecários, que cada dia adquirem novos livros e preciosidades literárias de todo o gênero.

E prossegue o padre, com sua contumaz verve louvaminheira:

O Príncipe Regente Nosso Senhor, querendo favorecer e excitar o estudo das letras divinas e humanas entre os seus vassallos do Brasil, franqueou esta sua livraria a todos os literatos e estudiosos. Pelo que,

exceto nos domingos, dias santos e feriados por motivo de anos das pessoas reais, ou por alguma causa pública, está a Real Biblioteca sempre aberta, e patente, tanto de manhã, como de tarde, a todas as pessoas que a querem freqüentar, e onde acham todos bom acolhimento e prontidão nas pessoas ali empregadas, que facilitam os livros e tudo quanto precisam para os seus estudos. Ora, sendo o estabelecimento das bibliotecas públicas um dos meios mais aptos e eficazes para o progresso da literatura, aumento das artes e difusão das ciências, achando reunido em um só lugar quase tudo o que o espírito humano em todas as idades, e em todos os países, tem produzido de melhor e de mais apurado gosto nas belas letras, nas artes liberais e nas sublimes ciências, que beneficio, que máximo beneficio, não é o que Sua Alteza Real fez aos habitantes do Rio de Janeiro, franqueando a sua Real Biblioteca e mandando abrir em beneficio dos seus vassallos esta inexaurível fonte de conhecimentos, este inapreciável tesouro de riquezas intelectuais?²⁸

Depois de marcar posição no *ranking* das bibliotecas (a primeira do Novo Mundo), padre Perereca destacava o papel de uma Livraria: “*Meio eficaz para o progresso do espírito humano.*” E era como biblioteca pública que a Real se consolidava.

A Biblioteca era de tal porte que chegou a impressionar Jacques Étienne Vitor Arago, um artista francês que esteve no Rio de Janeiro entre dezembro de 1817 e janeiro de 1818: “*Eu venho da Biblioteca e o primeiro olhar é satisfatório. Podem ser contados 70.000 volumes, em geral bem escolhidos (...) Serei eu obrigado a rever meu primeiro julgamento sobre a ocupação portuguesa?*”²⁹

Logo depois do elogio, reclamava Arago da ausência do diretor e da pouca cultura de seu cicerone substituto, que da literatura portuguesa conhecia apenas, e pouco, Camões. Mas o mal-estar seria desfeito diante da observação das obras do acervo, inclusive as proibidas. E Arago prosseguia o relato: “*Ele me conduziu ao local onde ficam os historiadores e poetas franceses e me apresentou um volume com um prazer bem visível. – ‘Aí está um grande pensador... É Raynal’... e em seguida me indicou com os dedos a obra completa de Voltaire.*” A excursão não parou por aí, circulando pelas salas dos livros de direito e de línguas vivas, dos manuscritos valiosos e ainda por uma outra, ricamente decorada. Era o gabinete de estudo do príncipe D. Miguel, que, ao que tudo indica, não o freqüentava muito: segundo o relato de Arago, os livros não estavam sequer cortados. Leitores, naquele dia, havia apenas dois, e o filho do rei tinha um gabinete, mas não abria os livros. A Livraria era sobretudo um adorno, um exemplo de tradição e de civilização.

Assim, a Real Biblioteca ia se impondo no cotidiano local. Mesmo não sendo exatamente pública, estava sempre aberta a consultas. E havia outras bibliotecas na cidade: particulares, de conventos e de algumas instituições de ensino superior, como as da Academia Real dos Guarda Marinha, da Real Academia Militar, do Laboratório Químico Prático, da Academia Médico-Cirúrgica e do Arquivo Militar. A Real suplantava todas em volume, variedade, raridade das obras e mesmo em ostentação. Atraía os visitantes estrangeiros – e pelas suas salas passeava, de vez em quando, a realeza.

Junto com ela ficava o rei que parecia não querer mais voltar. Aqui sarara de sua gota, vivia separado da rainha Carlota e distante da política europeia que tanto o enfasiava.

Tanto que, por mais que de Portugal surgissem clamores pela volta do rei este ia ficando e aumentando sua agenda de festas que incluía a sua própria aclamação e o casamento de seu filho D. Pedro com a Leopoldina.

Os tempos eram de calma e nada parecia afastar o rei de seus propósitos de permanecer na colônia.

7. Tempos de D. João no Brasil e hora de voltar e independência

Hora de voltar. E foram doze longos anos até que as pressões da Revolução de 1820 fizeram o rei finalmente retornar em 1821.

No que nos interessa mais de perto, resta comentar um documento precioso endereçado ao bibliotecário Dâmaso em que o rei deixa sob sua responsabilidade a “Sua biblioteca e seu filho”.

Mas a coleção pouco pôde ser apreciada por D. João VI, que partiu de forma apressada, preocupado com seu destino em Portugal. Junto à biblioteca do conde da Barca, e à Real Livraria, a contragosto permaneceu no Brasil, também, o padre Joaquim Dâmaso. Descontente com a má sorte, ele, logo em 16 de abril de 1821, explicitava as razões pelas quais não seguiu junto com o rei:

Sendo grande o sentimento que me acompanha em não ter a honra de acompanhar S.M., muito maior é o gosto que tenho em o mesmo senhor me julgar digno de cumprir as suas ordens, mandando-me que fique por ora até S.A. Príncipe Real querer. Permita-me V. Excelência que eu aqui expresse palavras de S.M. que tanto me lisonjearam: ‘Espero que o Padre defenda os meus direitos sobre a Minha Livraria.’ Para justificar a minha demora para com a Comissão de que muito prezo ser membro, é preciso que V. Excelência me dê por

escrito que declare que a minha demora aqui até que S.A. o Príncipe R. determine que vá acabar meus dias aonde, e como comecei, é um efeito da vontade de V.A. que assim o ordena.³⁰

D. João partia, mas deixava o príncipe e a Biblioteca, mal sabendo que cada um cumpriria uma tarefa relevante para a autonomia futura do país. Já se conhece de cor o papel que D. Pedro foi alçado a ocupar, permanecendo no Brasil. A Livraria Real, por sua vez, novamente surgiria como símbolo. Até então era a biblioteca do rei – “*a Minha Livraria*”, dizia ele –, mas tal configuração iria se alterar. Assim como os símbolos são relativos e se redesenham em cada contexto, a Biblioteca, dessa feita, lembraria não mais o domínio monárquico, mas a verdadeira autonomia que se faz com o pensamento.

E o destino seria ingrato dos dois lados: a biblioteca jamais voltaria para Portugal e – sabemos – D. Pedro se converteria no Primeiro Imperador do Brasil.

Mas façamos de uma longa história um breve pulo. Com D. João em Portugal o processo de independência se acirra e, nesse livro contamos impasses desse processo que levará à emancipação política em 1822. Dâmaso – que nunca quis ficar no Brasil – voltaria em 1822 levando os manuscritos da coroa; documentos que foram objeto de tanta disputa. Enquanto isso começavam as tratativas para a independência

O processo foi longo e só se encerrou em 1825: em setembro para o Brasil, em novembro para Portugal. Contando com a mediação interessada da Inglaterra – Sir Charles Stuart – começam as conferências primeiro em Lisboa e depois no Brasil.

A negociação foi demorada, mas o que importa reter é o Tratado de Amizade e Aliança e da Convenção Adicional de 29 de agosto de 1825, que estabeleciam: o pagamento de 2 milhões de libras esterlinas (e a responsabilidade sobre a dívida contraída por Portugal para com os Ingleses em 1823 e ainda a dispensa de 250 mil libras para D. João por propriedades deixadas no Brasil.

D. João já doente ratifica o tratado – e a independência – em novembro e é seguido por outros países como Áustria, França, Grã Bretanha, Alemanha e Itália (uma vez que EUA e México já haviam se pronunciado nesse sentido).

Mas fiquemos um pouco mais com o conteúdo “famosa conta” que Portugal cobrava do Brasil. No arquivo da Torre do Tombo, pode ser encontrado o documento denominado – “Carta dos objetos que Portugal teria direito de reclamar” aonde se pode ajuizar a posição privilegiada da Biblioteca, que vinha logo em segundo lugar depois da “dívida pública”.

A Biblioteca surgia avaliada em 800 contos de reis (para desespero de Dâmaso que a avaliara por 2 milhões). Para se ter idéia, tal valor correspondia a 12,5% do valor total a ser pago, 4 vezes mais do que a famosa prataria da coroa, 4 vezes mais do que a equipagem, 1000 vezes mais que uma morada de casas anunciada nessa época. Significava portanto muito e para nós muito mais.

Era a liberdade que chegava para uma nação nova tendo já a sua frente uma biblioteca que carregava a tradição. E essa era a melhor e maior biblioteca das Américas: um troféu para a nova nação, uma espécie de seguro e apólice para o monarca. Como diziam os bibliotecários na época: ai estava o “adorno principal” a “Alfaia preciosa do reino”.

E a biblioteca foi ficando – com seus problemas e os bibliotecários sempre a reclamar – enquanto D. João, lá em Portugal tentava reanimar a sua – sem sucesso, já que as custas dos demais acervos portugueses. Era a mística da velha biblioteca dos reis que primeiro queimara e que agora ficava, definitivamente, em terras brasileiras.

8. Para terminar

Mas deixemos o rei lá no velho continente para terminar essa nossa história aqui nos trópicos. A biblioteca custou caro mas, por certo, simbolizava e valia muito.

Valia muito por conta de seus tesouros – entre as gravuras de Rembrandt, Callot, Mantegna ou Durer; os incunábulos, os livros de horas, a biblia mogúncia, a enciclopedie, os mapas e plantas, os desenhos e manuscritos, as cartas de Vieira e tanto mais que tomaríamos o resto das páginas desse livro com tantas lembranças.

Mas é possível pensar para além do valor pecuniário da Biblioteca. Os livros são símbolo e sinal de independência: independência política mas também independência nas idéias, independência no pensar e nas possibilidades de construir utopias e projetos.

E mais. O mesmo ocorre com as bibliotecas: de perto são sempre frágeis e sujeitas a toda ordem de perigos, mas de longe surgem indestrutíveis como se garantissem cultura, tradição, erudição e reconhecimento.

Não a toa foram tema de autores como Cervantes, Calvino, Canetti e Eco e simbolizaram tantas liberdades que são, por definição infundas e pouco sujeitas a definições. Entre seu uso pragmático – como ensino, fronteira, expansão – e o simbólico... fiquemos com os dois. Afinal, os impressos tiveram papel central na construção da vida política brasileira. Política, Nação e edição

nunca estiveram tão misturados como no caso da Real Biblioteca, que acompanhou de perto impasses do caminho que levou à própria emancipação, que para além de política precisava ser, também, cultural.

Bibliografia³¹

Obras impressas

- ALGRANTI, Leila Mezan. “Política, religião e moralidade: a censura de livros no Brasil de D. João VI (1808-1821)”. In Carneiro, Maria Luiza Tucci (org.) *Minorias silenciadas*. São Paulo, 2002.
- ALMEIDA, Luis Ferrand de. “D. João V e a Biblioteca Real”. In: *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 36, 1991, p. 413 a 438.
- ANÔNIMO. *Jornada do Sr. D. João VI ao Brasil em 1807*. s.l, 39 p., 1812. In: Pereira: 1946.
- ANSELMO, Antonio Joaquim. *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa: Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1926.
- ARAGO, Jacques Étienne Victor. *Promenade autour du monde pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820, sur les cornettes du roi L’Uranie et la Phisicienne*. commandées par M. Freycinet. Le Blanc, imprimeure-libraire, rue Furstemberg, n. 8, abbaye Saint-Germain, 1822.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal Econômico. Esboço de História*. Lisboa: Livraria Clássica, 1947.
- _____. *O marquês de Pombal e sua época*. Lisboa: Clássica editora, 1990.
- AZEVEDO, Joseph Moreira de. *Desterro da Iniquidade sobre o espantoso terremoto com que a Divina Justiça avisou aos pecadores*. Lisboa, Oficina de Manoel Soares, 1756.
- BEIRÃO, Caetano. *D. Maria I: 1777-1792. Subsídios para a revisão da história do seu reinado*. 3ª edição. Lisboa: Empresa de Publicidade, 144.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Acervo Precioso*. Rio de Janeiro, 1983.
- _____. *Exposição Coleção Diogo Barbosa Machado*. Rio de Janeiro, 1967.
- _____. *Exposição de Incunáveis da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, s/D.
- _____. *Manuscritos. Séculos XII-XVIII*. Rio de Janeiro, 1973.
- BORGES, Jorge Luis. “A biblioteca de Babel” In *Ficções*, Porto Alegre, Globo, 1978.
- BOXER, Charles. *Some contemporary reactions of the Lisbon earthquake of 1755*. S.e, Lisboa, 1956.
- BRITO, Francisco Nogueira de. “Livrarias notáveis pertencentes a particulares: subsídios para a história da Biblioteca Nacional” In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal*. Lisboa, 3 (10-11). Jan-abr. 1917 (sp. 21p:1917).

- BRUM, José Zeferino Menezes. “Do Conde da Barca , de seus escritos e livreria”. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. II, p. 5-33, 359 – 403.
- CALMON, Pedro. “D. João VI. A vida e o governo”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 279, 1968, p. 135-42.
- _____. *O Rei do Brasil, vida de D. João VI*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.
- CALVINO, Ítalo. *Um general na Biblioteca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CAMPOS, Isabel Maria Barreira. *O grande terremoto (1755)*. Lisboa, Parceria, 1998.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 1959.
- _____. “Letras e idéias no Brasil colonial”, in *História da geral da civilização Brasileira* dir. Sérgio Buarque de Holanda, t. I, São Paulo, Difel, 1976.
- CANETTI, Elias. *Auto de fé*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CANFORA, Luciano. “As bibliotecas antigas e a história dos textos”. In: Jacob, Christian e BARATIN, Marc. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.
- CARRÈRE, JBF. *Panorama de Lisboa no ano de 1796*. Lisboa: Biblioteca Nacional/ Secretaria de Estado da Cultura, 1989 / 1797. *Catálogo da exposição Artes do Livro*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1995. *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881. Rio de Janeiro: Typ. de Leuzinger & Filhos, 1881. Volumes 1 e 2.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro. Do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- _____. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os Séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da UnB, 1998.
- CHAVES, Castelo Branco (ed.). *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983
- COURTILS, Le Chevalier de. “Une description de Lisbonne em juin de 1755” In: Castelo Branco Chaves (org) *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.
- COUTINHO, José Caetano da Silva. *Memória histórica da Invasão dos Franceses em Portugal no ano de 1807*. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia; 1808 . 88p.
- CUNHA, Ana Cannas da. “Salvaguardar direitos, defender uma memória: o Real Arquivo e as Invasões francesas”. In: *A Torre do Tombo na viragem do milênio*. Lisboa, Ministério da Cultura, 2001.
- CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. O acervo da Biblioteca Nacional. In *Brasil 1900-1901*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980.
- _____. *O Rio de Janeiro através das estampas antigas*, Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, Biblioteca Nacional, 1970.

- _____. “Real Biblioteca. Apontamentos sobre seu acervo” In: Anais do seminário internacional D. João VI: *um rei aclamado na América*. Rio de Janeiro, MHN, 2000.
- _____. “Subsídios para a história da Biblioteca Nacional”. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 101. Rio de Janeiro, 1981.
- DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução. O submundo das Letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. “História da leitura”. In: *Burke, Peter (org.). A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. P. 119-236.
- DIAS, Maria Odila Silva. “A interiorização da metrópole (1808-1853)” In: Mota, Carlos Guilherme, coord. *1822 – Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.
- _____. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: jan/mar, 1968, p. 105.
- DOMINGOS, Manuela D. *Biblioteca Nacional. Do Terreiro do Carmo ao Campo Grande: 200 anos de Biblioteca Nacional*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1997.
- _____. *Biblioteca Nacional: um pouco dos seus duzentos anos*. Lisboa, s.e s.D.
- _____. “Biblioteca Nacional de Portugal”. Lisboa, *Associação Nacional de Bibliotecas Nacionais Ibero-Americanas*, 1994. (manuscrito).
- _____. “Para a história da Biblioteca da Real Mesa Censória”. *Revista Biblioteca Nacional*, s.2.7. (1), Lisboa, 1992, pp 137-158.
- _____. “Olhares de viajantes estrangeiros sobre a Real Biblioteca Pública da Corte (1796-1822)”. *Cadernos BAD*, Lisboa, s.e. 1994, ps. 105-113.
- _____. *Subsídios para a história da Biblioteca Nacional*. Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional, 1995.
- _____. “A caminho da Real Biblioteca Pública da Corte: dois documentos (1775-1795)”. In: *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, S.2,5 (1) Jan-Jun. 1990, p. 139-160.
- _____. “Biblioteca Nacional: crónica de 200 anos” In *Tesouros da Biblioteca Nacional*, Coordenação de Maria Valentina Sul Mendes, Lisboa, INAPA, 1992, p.1-27 *Estatutos da Real Bibliotheca. Mandados ordenar por Sua Majestade*. Rio de Janeiro, Na Régia Tipografia, 1821.
- FALCON, Francisco José Calazans. *Época Pombalina. Política Económica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.
- FERRÃO, António. “Os arquivos e as bibliotecas em Portugal. In: *Ciências auxiliares da história. Bibliografia e Bibliotecografia*. Coimbra. Imprensa Universidade, 1920.
- _____. “Repertório das bibliotecas de Lisboa”, In *Anais das bibliotecas e arquivos*, Lisboa, S.2,19 (73-74), 1947, p. 61-84.
- FERREIRA, Carlos Alberto. *As Livrarias Reais de D. João IV a D. João VI*. In: *Congresso do Mundo Português*. Lisboa, vol VII, 1940.
- FERREIRA, M. M. *Biblioteca da Ajuda: esboço histórico*. Biblioteca da Ajuda, Lisboa, 1(1) Maio, 1980.

- FRANÇA, José Augusto. *Lisboa pombalina e o iluminismo*. Lisboa: Bertrand Editora, 1987.
- FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do Cônego*. São Paulo/Edusp, Belo Horizonte/Itatiaia, 1981.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1985.
- HERKENHOFF, Paulo. *Biblioteca Nacional. A História de uma Coleção*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1996.
- HORCH, Rosemarie Érika (org.) *Catálogo de incunábulo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: MEC, 1956.
- JACOB, Christian e Baratin, Marc. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000
- LEÃO, Francisco da Cunha. A Biblioteca da Ajuda: das origens à atualidade. *Cadernos BAD*, Lisboa (1), 1992
- LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1908/1996. 3ª edição.
- LISBOA, Amador Patrício. *Memória das principais providências que se deram no terramoto que padeceu a Corte de Lisboa no ano de 1755*, Lisboa, s.e. 1758
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Appaludos oratórios e poéticos ao complemento de annos dos Sereníssimos Reys rainhas e Príncipes de Portugal colligidos por Diogo Barbosa Machado, Abade da Paroquial Igreja de Santo Adrião de Sever e Acadêmico do número da Academia Real*. Tomo II, compreende os annos de 1731 a 1769. 384 f.
- _____. *Bibliotheca Lusitana, histórica, crítica e cronológica na qual comprehende a notícia dos autores portuguezes e das obras que compuseram desde o tempo da promulgação da lei da graça até o tempo presente...* Lisboa Ocidental: A . I. Fonseca, 1965-6.
- _____. *Coleção de estampas sobre armas e brasões seculares, armas e brasões de varões portuguezes ecclesiásticos*. S.l.. S.D. 2 volumes.
- _____. *Elogios fúnebres dos Reys Rainhas e Príncipes de Portugal colligidos por Diogo Barbosa Machado, Abade da Paroquial Igreja de Santo Adrião de Sever e Acadêmico do número da Academia Real*. Tomo III, que comprehende o anno de 1750 e Tomo IV que comprehende os annos de 1750 a 1763.
- _____. *Genethliacos dos Sereníssimos Reys, Rainhas e Príncipes de Portugal colligidos por Diogo Barbosa Machado, Abade da Paroquial Igreja de Santo Adrião de Sever e Acadêmico do número da Academia Real*. Tomo V. Compreende os annos de 1761 a 1767. 232 f.
- MANCHESTER, Alan K. "A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro", In: Keith, H & Edwards S.F (org), *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.
- MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973.
- MANDROUX FRANÇA, Marie-Thérèse "Les Mariette et le Portugal" *Les rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France*. Actes du Colloque, Paris, Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p 259-322

- MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos. “Cartas escritas do Rio de Janeiro á sua família em Lisboa, de 1811 a 1821”. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, volume LVI, 1934. Rio de Janeiro, Ministério da Educação, 1939.
- MARTINS, Francisco José da Rocha. *A Independência do Brasil*. Coimbra: Tipografia Lúmen, 1922.
- MARTINS, Rocha. *A Corte de Junot em Portugal*. Lisboa: Gomes de Carvalho, 1910.
- MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. 12ª edição, t.2, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, s.e., s.D.
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita. História do Livro, da Imprensa e da Biblioteca*. São Paulo: Anhembi, 1957.
- MATTOSO, José (direção). *História de Portugal. O antigo regime*. Volume 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- MENEZES BRUM, José Zeferino. “Do Conde da Barca, de seus escritos e livreria”. *ABNRJ*, vol. II, 1881. Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger & Filhos, 1876-77.
- MONTEIRO, Iracema Celeste Rodrigues. *O livro raro em seus diversos aspectos*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, Biblioteca Nacional, 1972.
- MORAES, Alexandre José de Mello. *História da Transladação da Corte Portuguesa para o Brasil em 1807*. Rio de Janeiro: Livreria da Casa Imperial de E. Dupont, editor, 1872.
- MORAES, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- _____. *Bibliographia Brasileira*. Rio de Janeiro: Colibris, 1958. 2 volumes.
- MOTA, Carlos Guilherme. *1822 Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
- NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. “A Livreria Pública da Bahia em 1818: obras de história”. In: *Revista de História*, n. 87, ano XXII, p. 226, São Paulo, FFLCH/USP.
- RAMIZ GALVÃO, B.F. “Diogo Barbosa Machado”. In *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol.1. Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger & Filhos, 1876-77. *Regulamento da Biblioteca Imperial e Pública*. Rio de Janeiro, s. e. 1827. *Rembrandt e arte da gravura*. Centro Cultural Banco do Brasil, s/D.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil. 1500-1822*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado – IMESP, 1988.
- SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à História do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981. 2 volumes.
- SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é (1824-1826) Uma vez e nunca mais*. Brasília: Senado Federal, 2001.

- SCHWARCZ, Lília K. Moritz, Costa, Angela Marques, Azevedo, Paulo César. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SERRÃO, Joel. *Cronologia de Portugal*. Lisboa: Iniciativas editoriais, 1971.
- SILVA, João Manuel Pereira. *História da Fundação do Império Brasileiro*. Rio de Janeiro: L. Garnier Editora, 1865.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1966.
- SOUZA, F. L. Pereira. *O terremoto de 1755 em Portugal*. vol III, s.l., s.e; 1926.
- STOCKLER, Francisco de Borja Garção. *Cartas do autor da História Geral da Invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste Reino*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1813. Voz do ceo retumbando na terra com os ecos do horroroso terremoto que se ouviu no I de Novembro de 1755. *Soneto de um anônimo*. Glosado por Joseph de Almeida Castelo Branco Bezerra natural da Vila de Barcelos.

Notas

1 Calvino, Italo. Um general na biblioteca. São Paulo, Companhia das Letras, 2001. Pp 74-9

2 Maxwell, 1996:101

3 Citado por Maxwell, 1996:101

4 Diogo Barbosa Machado nasceu em Lisboa, em 31 de março de 1682. Passou a viver em Coimbra no ano de 1708, quando se matriculou na Faculdade de Direito Canônico, mas não deu continuidade por conta de uma moléstia que contraiu. Depois de contar com certa ascensão na hierarquia da Igreja, em 4 de novembro de 1728 foi colado Abade da Paroquial Igreja de Penaguião Comarca de Sobre Tamaga do Bispado de Sevre no Conselho do Porto. Foi eleito membro da Academia Real da História Portuguesa, sendo um dos 50 primeiros Acadêmicos dessa Sociedade que se propôs a escrever as “Memórias históricas dos reinados dos príncipes D. Sebastião, D. Henrique, Filipe I, II e III”. Faleceu em Lisboa, em 9 de agosto de 1772, sendo sepultado na Igreja dos Santos Mártires João e Paulo, onde também se achava seu irmão, Inácio Barbosa Machado, que atuou como censor do Santo Ofício.

5 Vide nesse sentido Domingos, 1994:62.

6 *Tomo I*. Lisboa Ocidental. Na Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca. Ano MDCCXXXI (Referência 9,1 BIS,9) Obras raras. Essa é a referência para as citações de Barbosa Machado que vêm na seqüência.

7 BN, Mss 65,4,002, no 21.

8 Perdigão tinha motivos para temores. Os planos para a abertura de uma outra livraria – a Biblioteca Pública – no Terreiro do Paço andavam avançados e pareciam concentrar a atenção do Estado nesse setor. A Pública nascia forte e ligada a nomes de peso da política mariana. A idéia, como já se disse, fora de Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, que ainda em 1771 propusera a D. José a criação de uma Livraria Pública vinculada à Real Mesa Censória, na mesma dimensão dos grandes acervos da época. O núcleo inicial seria formado pelas muitas livrarias dos colégios da extinta Companhia de Jesus e permitiria a construção de uma coleção à altura das existentes antes da destruição causada pelo terremoto. Vinda de quem vinha, a idéia tinha muitas chances de dar certo, tanto que, por decreto de 2 de outubro de 1775, o rei destinou amplas instalações da ala oeste do Terreiro do Paço, em processo de construção, para a futura Biblioteca Pública. Além do Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, àquela altura Arcebispo de Évora, outra figura foi absolutamente decisiva nos projetos: o lente e desembargador Antônio Ribeiro dos Santos, que atuava na direção dos

trabalhos da Biblioteca de Coimbra há cerca de 20 anos. A equipe montada era poderosa, reunindo o presidente da Real Mesa Censória e um lente reconhecido, responsável pela sistematização e pelo Regimento da Livraria de Coimbra, que possuía uma visão ampla sobre o papel de uma Biblioteca: Antonio Ribeiro dos Santos.

9 Citado por Machado Santos, 1965:17.

10 Baseado no documento “Jornal de Belas Artes”, Lisboa, no. 9, 1816. Citado por Domingos, 1994:110.

11 Todos os artigos e itens que serão analisados na seqüência foram tomados do mesmo regulamento, encontrado no Arquivo da Torre do Tombo. Fundo Ministério do Reino. Liv. 99 (p. lv. a 6).

12 Essas últimas referências à biblioteca foram retiradas do livro de Rubem Borba de Morais, 1979.

13 BN.Mss 65, 4, 002, no. 23.

14 Carta XVII – Lisboa, 14 de fevereiro de 1801, p. 174, citado por Domingos, 1994:108.

15 Citado por Domingos, 1994:106.

16 Citado por Domingos, 1994:107.

17 *Idem*.

18 Arquivo Nacional. Fundo Negócios de Portugal/Secretaria de Estado e Ministério do Reino. Caixa 651, pacote 1.

19 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Ministério do Reino, maço 279.

20 *Idem*. IAN/T – Ministério do Reino, livro 380.

21 *Idem*. Ministério do Reino, livro 99, f. 9.

22 *Idem*. Ministério do Reino, maço 279.

23 Nogueira, Ricardo Raimundo. “Memória das cousas mais notáveis que se trataram nas Conferencias do Governo destes Reinos desde 9 de Agosto de 1810 em que entrei a servir o lugar de um dos Governadores até 5 de Fevereiro de 1820”. BN/Lisboa, COD 6848, p. 42.

24 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Negócios do Reino, maço 279.

25 Francisco José dos Santos Marrocos foi professor régio de filosofia racional e moral, e bibliotecário no Paço da Ajuda. Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, tomo II, p. 412.

26 Carta de Luís Marrocos. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LVI, 1934, pp. 29-30. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1939.

27 Carta de Luís Marrocos, em 22/11/1811. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LVI, 1934, p. 49. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1939.

28 Santos, 1981, p. 328.

29 Arago, Jacques. *Promenade autour du monde, pendant les années de 1817, 1818, 1819 et 1820, sur les cornettes du Roi L’Uranie et La Physicienne, commandées par M. Freycinet*. Paris: Leblanc Imprimeur Libraire, 1822, vol. 1, pp. 87/89.

30 BN, Mss 7,1,4, 034, nº 013.

31 Esta bibliografia está longe de se pretender exaustiva. Na verdade, ela se refere exclusivamente às obras utilizadas para a elaboração deste artigo. Para uma visão mais ampla sugerimos a consulta à bibliografia do livro *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo contar a história e a saga da coleção chamada *Real Biblioteca*; este acervo de livros cuidadosamente reunido pelos monarcas portugueses da dinastia de Bragança. Por meio dos livros e de seus bibliotecários narraremos, também, a história comum, ou não tanto, de Portugal e Brasil: o terremoto de Lisboa, a transferência da corte e a própria independência do Brasil.

Palavras chaves: Real Biblioteca; D. João VI; Corte no Brasil; Independência

Abstract

The main goal of this essay is to describe the history of Royal Library; this large collection of books that was a kind of official image of the Portuguese kings. Through books and librarians we will tell common and different history of Brazil and Portugal: the earthquake, the escape of the court and the Brazilian independence.

Keywords: Royal Library; D. João VI; the escape of the court; independence